

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.334.957 - SP  
(2018/0187166-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : MARINA DE MORAES FERREIRA**  
**ADVOGADO : MARCELO RIOS WITZEL - SP169874**  
**AGRAVADO : LEOZINA CONCEICAO BALTAZAR**  
**ADVOGADO : LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR - SP123351**

**DECISÃO**

Marina de Moraes Ferreira interpõe agravo interno contra as decisões de fls. 291/292 e 316/318, proferidas pela Presidência desta Corte, que entenderam ser intempestivo o recurso especial.

Afirma a agravante, em síntese, que o recurso foi interposto tempestivamente.

Intimada para se manifestar acerca da interposição do recurso, a parte contrária apresentou impugnação às fls. 343/346.

Diante dos fundamentos expostos nas razões do agravo interno, reconsidero as decisões de fls. 291/292 e 316/318 e passo à análise do recurso.

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega violação dos arts. 5º da Constituição Federal, 1.644, 1.658 e 1.725 do Código Civil, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 124):

Embargos de terceiro julgados procedentes - Penhora de bem imóvel pertencente à mulher do executado - Bem doado pelos genitores da embargante antes da existência de união estável e do casamento pelo regime da comunhão parcial - Patrimônio que não se comunica - Bem excluído da comunhão - Recurso improvido

Sustenta a agravante, em síntese, que é necessário o deferimento de produção de prova para apurar que o início da união estável se deu ao tempo da aquisição do imóvel penhorado.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Inicialmente, é necessário salientar que a via especial não é a sede própria para a discussão de matéria de índole constitucional, sob pena de usurpação da

competência exclusiva do STF.

Incidem, por outro lado, os enunciados 282 e 356 da Súmula do STF quanto aos arts. 1.644, 1.658 e 1.725 do Código Civil, pois são estranhos ao julgado recorrido, a eles faltando o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública.

No mérito, verifico que o Tribunal de origem consignou que o bem penhorado foi adquirido pela agravada antes da existência de união estável, não se comunicando, portanto, com os bens do executado, conforme se extrai dos seguintes excertos (fls. 125/126 e 206/207):

(...) 2.1. O recurso não merece prosperar.

No regime da comunhão parcial, excluem-se da comunhão aqueles bens que os consortes possuem ao casar.

Em outras palavras, como dito pelo Magistrado sentenciante, "(...), o regime da comunhão parcial de bens exclui a comunicabilidade dos bens adquiridos anteriores ao casamento ou por doação" (antepenúltimo parágrafo de fls. 77).

(...)

No caso dos autos, o imóvel já pertencia à embargante, casada com o executado, antes do casamento, como se constata dos documentos de fls. 36/54, de forma que fica excluído da comunhão.

Desses documentos se extrai que o imóvel penhorado foi doado à embargante e a seus irmãos, com reserva de usufruto vitalício em favor de seus genitores, ocorrendo a divisão com o desmembramento do imóvel, após o falecimento destes.

Ressalta-se, ademais, que o bem penhorado foi adquirido pela embargante antes da existência da união estável, pertencendo, assim, ao patrimônio próprio dela, não se comunicando com os bens do executado.

Em suma, como bem ficou registrado na sentença, o imóvel penhorado pertence exclusivamente à embargante, sendo irrelevante que tenha sido desmembrado em partes diferentes.

(...)

Como consta dos autos, o imóvel em questão - antiga matrícula 13.947, com área total de 23,57 hectares, correspondente a 9,74 alqueires paulistas -, consoante AV. 4 e R.5, foi doado à embargada e a seus dois irmãos pelos genitores com reserva de usufruto em 1981, ou seja, antes do casamento da embargada com o executado,

consoante certidão de casamento a fls. 13, tanto que o registro matrimonial é posterior (AV.6 - fls. 45).

Consta, ainda, que quando do falecimento dos genitores, o imóvel foi desmembrado entre os irmãos, recebendo o número de matrícula 62.588 (fls. 48/54).

A embargante questiona a alteração do tamanho da área pertencente à embargada, 1,62, já que sendo dividida entre 3 irmãos, corresponderia a 3,23 alqueires e não 4,85 alqueires, o que apontaria para aquisição de parte da área posteriormente com a participação do executado, já que sustenta tese de união estável a partir de 1998.

No entanto, como consta do R.5 (fls. 45), a ampliação da área ocorreu em virtude de permuta realizada entre a embargada e seu irmão, o que não altera a origem da aquisição que foi doação, já que não foram trazidos outros elementos em sentido contrário.

Ressalte-se que a contestação além de não negar contundentemente os fatos narrados na inicial, admite a possibilidade de reconhecimento de procedência do pedido após o esclarecimento acerca das teses vagamente referidas em três parágrafos: existência de união estável desde 1998 e a aquisição de área pela embargante entre a doação e o desdobramento da matrícula, o que apontaria para suposta modificação de domínio (fls. 71).

Em suma, além de a pretensão da embargante beirar a preclusão e não haver indícios de tais teses, a versão inicial veio amparada em ampla documentação pública. (...)

Com efeito, anoto que a desconstituição da referida conclusão demandaria o reexame do acervo fático dos autos, procedimento que, em sede de especial, encontra óbice na Súmula n. 7/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários advocatícios (art. 85, § 11, do CPC/2015) em razão da fixação anterior no patamar máximo permitido em lei.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
Relatora